



UNILAB

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA

LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

WELMA KRISYÁ VITAL DA SILVA

**O ACOMPANHAMENTO DOS CUIDADORES COMO APOIO PEDAGÓGICO
NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ACARAPE, CEARÁ**

REDENÇÃO

2023

WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA

O ACOMPANHAMENTO DOS CUIDADORES COMO APOIO
PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ACARAPE, CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva.

REDENÇÃO
2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Welma Krissyã Vital da.S586a

O Acompanhamento dos cuidadores como apoio pedagógico na educação inclusiva em Acarape, Ceará / Welma Krissyã Vital da Silva. - Redenção, 2023.

43f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva.

1. Educação inclusiva. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Cuidadores. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 371.9046

WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA

**O ACOMPANHAMENTO DOS CUIDADORES COMO APOIO PEDAGÓGICO NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ACARAPE, CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de Título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 05/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Rosângela Ribeiro da Silva (Orientadora – UNILAB)

Professora Dra. Fabíola Barrocas Tavares (Examinadora – UNILAB)

Professor Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira (Examinador – UNILAB)

Esp. Ana Cássia Alves Cunha (Examinador/a)

Neste pequeno, mas sincero texto, dedico este trabalho a Deus, autor de maravilhas em minha vida, cuja presença me auxilia nas minhas escolhas, abrindo caminhos e me segurando pela mão, me dando confiança frente aos desafios e adversidades, me acompanhando rumo à realização dos meus sonhos. Sem Deus, (o todo-poderoso) nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus, sou muito grata por este presente maravilhoso que é a vida! Eu te agradeço, Senhor, por todas as coisas boas e más que me aconteceram. Cada uma delas, ao seu modo, me fez chegar aonde cheguei, e me fizeram ser quem eu sou. Foi a minha jornada de tropeços, vitórias e derrotas, que me fez enxergar o verdadeiro significado e beleza da vida, pois a fé que tenho em ti alimentou meu foco, minha força e meus caminhos.

Sou grata à minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida. Especialmente minha mãe, que enfrentou tantas dificuldades para que eu pudesse estudar. Ao meu companheiro, Pedro Henrique, que ao longo desses meses me deu não só força, mas apoio para vencer essa etapa da vida acadêmica. Obrigada, meu amor, por suportar as crises de estresse e ansiedade, por entender minha ausência em diversos momentos, ao nosso amor e que nossos sonhos se tornem realidade, amo-te. Ao meu filho, Juan Phietro, minha razão de viver. Tenho sempre tanta coisa para lhe contar, para falar, para lhe agradecer, meu filho! A mãe que sou, só existe graças a você que nasceu de mim e me ensinou a ser feliz! Que a vida sempre nos mantenha unidos, ligados por este sentimento que é o mais nobre e maior do mundo. Meu coração bate pelo seu, aliás, ele bate por você, hoje, amanhã e sempre! Eu te amo e sempre irei te amar, filho!

À minha querida orientadora Professora Dr^a. Rosângela Ribeiro da Silva, grande intelectual da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que foi de extrema importância no meu trabalho e é uma profissional que eu particularmente admiro muito por sua capacidade e dedicação. Sua peculiaridade tranquilizadora foi primordial para avançar nos objetivos almejados. Não esqueço também o papel basilar que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) teve ao longo de todo meu percurso e por isso agradeço os recursos e o apoio que sempre me ofereceu.

Aos meus amigos e colegas, principalmente à Ana Cássia, pessoa com quem amo partilhar a vida. Com você tenho me sentido mais viva. Obrigada pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre. Ao Francisco Danierbes, pelo apoio pedagógico e científico, assim como seu companheirismo, me ajudou a ser uma pessoa muito melhor. A caminhada foi intensa, difícil e cheia de aprendizado. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigada. Por último e não menos importante, gratidão a mim, por nunca desistir e persistir nos meus ideais, por sempre me erguer diante das cinzas e caos em que às vezes me encontro, gratidão

por nunca deixar a peteca cair e o mais importante nunca esquecer, de onde vim nem para onde quero ir. Este ciclo que se encerra nunca foi só por mim.

Buscar entender adequadamente os dilemas e impasses do campo educativo hoje é, inicialmente, dispor-se a entender que a crise da educação somente é possível de ser compreendida no escopo mais amplo da crise do capitalismo real deste final de século, no plano internacional e com especificidades em nosso país. Trata-se de uma crise, que está demarcada por uma especificidade que se explicita nos planos econômico-social, ideológico, ético-político e educacional, cuja análise fica mutilada pela crise teórica.

Gaudêncio Frigotto

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo geral analisar os efeitos do papel pedagógico do AEE e dos cuidadores na educação inclusiva, durante o atendimento das crianças com deficiência na educação infantil, no município de Acarape/CE. Intenta ainda identificar a função do AEE, enquanto política educacional; ademais, verificar como se dá os processos de seleção e acompanhamento pedagógico aos cuidadores no município de Acarape. Buscamos os fundamentos teóricos para esta pesquisa nas obras de Fonseca (1995), Mendes (2020), Franco e Schutz (2020), Pimenta e Lima (2010), Bossolotti e Vieira (2018), dentre outros, dialogando com outras produções como artigos científicos, publicados relacionados à temática. Como metodologia de trabalho optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo com uma revisão bibliográfica, e de campo, somando-se a um estudo documental através das leis oficiais e do relato de experiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas. Cuidadores. AEE

ABSTRACT

The general objective of this study is to: analyze the effects of the pedagogical role of AEE and caregivers in inclusive education, during the care of children with disabilities in early childhood education, in the municipality of Acarape/CE. It also attempts to identify the function of AEE, as an educational policy; Furthermore, verify how the selection processes and pedagogical support for caregivers are carried out in the municipality of Acarape. To theoretically substantiate and support our thinking on the topic, we sought theoretical foundations in the works of Fonseca (1995), Mendes (2020), Franco and Schutz (2020), Pimenta and Lima (2010), Bossolotti and Vieira (2018), dialoguing with other published scientific studies related to the topic. As a work methodology, we opted for qualitative research with a bibliographical review, and field research, in addition to a documentary study through official laws and autobiographical research.

Keywords: Special Education. Pedagogical practices. Inclusion. AEE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: PERCURSOS FORMATIVOS E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um relato experiência	10
2.1 Percursos Metodológicos da Pesquisa	16
CAPÍTULO 2: MARCOS LEGAIS DO AEE: Lei Federal, Estadual e Municipal	20
CAPÍTULO 3: OS PROCESSOS DE SELEÇÃO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AOS CUIDADORES NO MUNICÍPIO DE ACARAPE	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Abordar a temática sobre Educação Especial e Inclusiva é de extrema importância atualmente, principalmente por ser uma modalidade de ensino que tem como principal objetivo: garantir a seu público equidade no acesso à educação (Mendes, 2020). Essa modalidade é um direito das pessoas não somente com deficiência física, como também integram as pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e superdotação (Figueiredo, 2008).

Na prática, a mesma torna-se um instrumento fundamental para a redução de desigualdades, assim como também as barreiras que atrapalham e dificultam o desenvolvimento educacional e social de pessoas com alguma deficiência ou alta habilidade. Nos últimos anos, a ciência comprova a importância e os impactos positivos que a modalidade tem causado dentro dos muros escolares em todo o Brasil, resultados não só para os alunos com deficiência, mas também para os demais e para toda a comunidade escolar.

Apesar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ser assegurado pela Decreto nº 5.626/05 e que entre as suas funções está a identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos e alunas, considerando suas necessidades específicas, o que se percebe nas questões práticas é a impossibilidade da efetivação e execução desta modalidade inclusiva e pedagógica.

Atualmente, o mercado de trabalho revela um déficit de profissionais capacitados para atuar na Educação Especial, existindo uma ausência entre a preparação necessária para atuar na área e as inúmeras discussões realizadas no âmbito social e acadêmico sobre a importância da equidade na educação (Silva, 2018), por isso, a justificativa de realizar esta pesquisa como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Além disso, esta pesquisa permeia-se por diversas justificativas, algumas ligadas ao campo do afeto pelo tema, que foi sendo alimentando na minha formação pessoal e acadêmica, outras, por perceber a ausência da aplicação de políticas públicas, da sua superficialidade, que desencadeiam muitos questionamentos. Ao estudar sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) mais profundamente, pude perceber o quão esse mecanismo criado por meio do Decreto Lei nº 12.796/2013, art. 58, que alterou a LDB, é repleto de nuances que até hoje não são abordadas, questionadas, dialogadas e/ou problematizadas. O AEE representa um avanço ao que tange às legislações anteriores, por almejar inserir os sujeitos com dificuldade de aprendizagem por alguma deficiência no

sistema regular de ensino (Ropoli, 2010).

As diferenças culturais, sociais, étnicas e a diversidade humana estão sendo cada vez mais desveladas e descartadas. No cenário escolar, a inclusão dessas diversidades tem sido cada vez mais um desafio a ser enfrentado cotidianamente. Para dar continuidade aos estudos, o presente estudo tem por objetivo geral: analisar os impactos socioeducacionais do papel pedagógico do AEE e dos cuidadores na educação inclusiva, durante o atendimento das crianças autistas na educação infantil, no município de Acarape/CE.

Para tanto, tem-se como objetivos específicos: primeiro identificar a função do AEE, enquanto política educacional, e como este dialoga com os demais serviços de saúde e assistência para identificar e apoiar as crianças com deficiência; em segundo, verificar como se dá os processos de seleção e acompanhamento pedagógico aos cuidadores no município de Acarape.

Para fundamentar teoricamente e embasar nosso pensamento sobre a temática buscamos os fundamentos teóricos nas obras de Tuzzo e Braga (2016), Minayo (2009), Andrade (2010), Gil (2002), Bardin (1977), Fonseca (1995), Mendes (2020), Franco e Schutz (2020), Pimenta e Lima (2010), Bossolotti e Vieira (2018), Costa (2002), Silva (2018), Pimentel (2012), Veiga (2004), Figueiredo (2008), Garcia (2017), Libâneo e Pimenta (1999), dialogando também com outros estudos científicos publicados relacionados à temática.

Como metodologia de trabalho optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo com, a pesquisa documental a partir de análises realizadas nas legislações que regem a Educação Especial e Inclusiva no Brasil e, principalmente, no município de Acarape-CE; e de campo a partir das experiências vividas durante o estágio supervisionado na Educação Infantil.

O trabalho está estruturado a partir do referencial teórico e documental, no qual apresento os marcos legais, leis municipais, estaduais e federais da Educação Especial e Inclusiva. No primeiro capítulo apresento o percurso teórico-metodológico utilizado para dar suporte à pesquisa, além do local da pesquisa e sobre os percursos formativos, indicando os caminhos percorridos que levaram à escolha deste tema de pesquisa.

No capítulo seguinte aborda-se, brevemente, o conjunto de leis que impactam diretamente a educação especial brasileira, além dos avanços e retrocessos, trazendo discussões cabíveis para que o direito de participação e aprendizado desse público no contexto escolar se torne, de fato, uma realidade para todos no Brasil e no mundo.

A partir da pesquisa documental, unido ao relato de experiência, o capítulo seguinte visa refletir sobre os processos de seleção e acompanhamento pedagógico aos cuidados no município de Acarape. O capítulo ainda dá ênfase aos impactos do Atendimento

Educacional Especializado (AEE) e o acompanhamento dos cuidadores como apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais (NEE).

Encerro as considerações finais apontando algumas reflexões sobre a Educação Especial e Inclusiva no município de Acarape, cidade interiorana do estado do Ceará.

CAPÍTULO 1: PERCURSOS FORMATIVOS E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um relato experiência

[...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (Halbwachs, 2006, p. 72).

Meu nome é Welma Krissyã Vital da Silva, nasci em 05 de janeiro de 1996, na cidade de Aracoiaba, região interiorana pertencente ao Maciço de Baturité, no estado do Ceará, filha de Eva Wilma Ferreira Vital, a mais velha de quatro irmãos e neta de Ana Ferreira Vital e José Alves Vital.

No ano de 2023, no primeiro semestre iniciei meu Estágio Supervisionado em Educação Infantil, que ocorreu no período de março à julho. Escolhi o Centro de Educação Infantil, pelo fato de estar localizado no bairro onde resido atualmente, e através deste convívio surgiu o interesse de contribuir de alguma forma para a comunidade em que estou inserida. Na época fiquei alocada em uma turma do Infantil III, no turno tarde, onde se encontravam quatro alunos diagnosticados com o espectro autista.

A priori fui bem recepcionada pela gestão, pela professora regente e pelos alunos/as, fui rapidamente integrada a turma, por este fato fiquei muito próxima de todos isso me ajudou bastante no processo, tendo lugar de fala em algumas decisões e discussões realizadas em sala de aula. De início me chamou a atenção o fato da sala estar com um número considerado elevado de alunos com necessidades educacionais especiais, visto que em sala haviam vinte alunos, quatro deles diagnosticados com o espectro autista e um, a família não conseguia o acesso necessário aos profissionais de saúde, para validar o diagnóstico.

Durante os primeiros dias como estagiária nesta instituição, observei que a prática especial inclusiva significa bastante para a condução das ações na escola, consta principalmente em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), mas que, na prática, ainda é bastante diferente. Devido ao número crescente de crianças com necessidades educacionais especiais e crianças com deficiência, a SME de Acrape lançou um edital para contratação de profissionais de apoio. Esse programa teve estrutura desenvolvida em uma contratação temporária de profissionais.

Tivemos ao longo dos anos muitos avanços, hoje a Prefeitura de Acarape promove

a integração dessas crianças no chão de sala com a sua professora, o cuidador enquanto apoio pedagógico, sendo definido um para cada criança. Sabemos como é difícil a realidade educacional em todo o Brasil e, em meus tempos de escola, os docentes não apresentavam domínio nos conhecimentos específicos no que diz respeito à modalidade inclusiva.

Há muitas crianças matriculadas na rede municipal de Acarape-CE que exigem cuidados especiais, dependendo de auxílio durante a higienização, a locomoção e, principalmente, na hora da alimentação. Na área infantil a instituição escolar também possui o Assistente de Educação Infantil (AEI), desenvolvendo atividades que dizem respeito aos cuidados e às necessidades individuais de cada aluno. No Ensino Fundamental I e II esse cenário torna-se ainda mais desafiador, pois muitas escolas do município, que oferecem esse nível de ensino, sofrem com a falta de profissionais capacitados para atuar na área.

O cuidador como apoio pedagógico precisa ser um colaborador do professor da sala regular, desenvolvendo práticas em conjunto com os demais profissionais, garantindo assim o direito dessas crianças à aprendizagem na própria turma em que estuda. A demanda nos últimos anos vem aumentando cada vez mais, no município de Acarape-CE, e as esferas públicas municipais devem considerar esses novos dados, que a cada dia cresce mais, tendo sido perceptível em situações cotidianas.

A fala da coordenadora do AEE revela a falta de profissionais especializados na instituição para receber cotidianamente inúmeras buscas por vagas para crianças com necessidades educacionais especiais, justificando ser irresponsabilidade do município em não fornecer monitores, cuidadores como apoio pedagógico e professores especializados para realizar corretamente o atendimento especializado a esse público.

Diante do que foi apresentado até aqui, alguns questionamentos nos auxiliam na reflexão do que cogitamos levar adiante nesta pesquisa. Muitos desses questionamentos surgiram no contexto da experiência no estágio realizado na CEI, outros através de estudos do tema na componente curricular Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva no curso de pedagogia.

Na Licenciatura em Pedagogia pude vivenciar essa oportunidade, na prática; diversos conceitos e dificuldades que me foram apresentadas ao longo do curso, fui me apaixonando cada vez mais pela educação e principalmente pela área da educação inclusiva, na componente de Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva ministrada pelo Professor Dr. Evaldo Ribeiro Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), nos cursos de Bacharelado em Humanidades e Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas (IH), na cidade de Acarape, Ceará. Nela pude aprofundar um

pouco mais meus conhecimentos a respeito da Educação Inclusiva e utilizá-los no processo de escrita do meu projeto no BHU. Durante esse processo pude me encontrar enquanto pesquisadora e me conectar a uma identidade docente.

Durante o período em que me fiz presente como estagiária, algumas práticas foram identificadas e que, muitas das vezes, foram e podem dificultar o trabalho diário com essas crianças, como, por exemplo: Havia professores incapacitados para lidar com esse público, muitos afirmavam não ter paciência ou não sentiam entusiasmo para trabalhar com alunos com deficiência, por outro lado, também havia a presença de um currículo rígido que não permitia a experimentação e/ou até mesmo o uso de diferentes métodos de ensino para essas crianças, fator que me levou a realizar pesquisas na temática.

Como futura professora de Educação Infantil e sem dúvidas a procura de uma especialização na Educação Inclusiva, estou inteiramente influenciada pelo período mágico vivenciado na infância, sua trajetória de descobertas em seus primeiros contatos com a escola. Menciono em específico a Educação Infantil como foco, pois acredito que a mesma possui o fio condutor de transformação do mundo.

Além disso, não duvido da capacidade autoral de nenhuma criança, acreditando dogmaticamente no poder infantil de reescrever histórias e mudar cenários sociais. Minha alma de criança, em corpo de mulher, acredita e deposita esperança nas virtudes das crianças ao escolherem ser quem quiserem. Atualmente, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa um avanço no que tange às legislações anteriores, por almejar inserir os sujeitos envolvidos no sistema regular de ensino, com tudo sem ser garantido à essas crianças, profissionais de apoio e intérprete, assim como acessibilidade arquitetônica e pedagógica, na prática a realidade encontrada, por diversas vezes, não condiz com o que está no papel, tornando frustrante o contraste entre o que se garante por lei e a prática observada.

Por fim, percebo a importância e a relevância social e educacional de trazer esse foco e suas contribuições para/com a sociedade no intuito de construir uma sociedade comprometida com a equidade e a justiça social, e, que trate as diferenças, como um fundamento principal para a superação de uma lógica ocidental sobre o “ser normal”. Encerro este subtópico, mencionando que a escola sempre fará parte da minha trajetória, seja no passado, presente ou futuro, que me possibilita a compreensão da importância de desenvolver uma análise do objeto desta pesquisa.

Quando penso na função do/a cuidador/a me remete a ideia de cuidar, no caso, aquele que cuida, que trata com cuidado ou toma conta de outra pessoa. Que demonstra zelo, diligência e cuidado na realização de algo diligente. Aquele/a que trata e/ou cuida de outra

pessoa, especialmente crianças: cuidador de crianças. O cuidador/a, assim como uma professora ou professor, também é educador/a. A partir destas definições também refletimos sobre o papel do profissional de apoio (cuidador/a) no ambiente escolar como agente de inclusão.

Dito isto como uma pedagoga em formação e ser político, percebo que esse tema em específico ainda é pouco trabalhado e estudado, até mesmo no ambiente acadêmico; e por vezes o interesse em abordá-lo e problematizá-lo parte tão somente das pessoas que passam diretamente por essas barreiras e dificuldades com a inclusão, sejam elas: mães, pais, familiares ou até mesmo a pessoa que possui alguma deficiência seja ela física ou mental.

Também percebo a importância de trazer esse foco e contribuição para a comunidade em que me encontro inserida atualmente. Pois, a mesma apresenta uma precarização na educação, de modo geral, que reverbera na área da educação inclusiva, em que se observa um “descuidado” com os assistidos a priori.

2.1 Percursos Metodológicos da Pesquisa

Este trabalho tem por característica uma pesquisa qualitativa, com percurso metodológico a partir da revisão bibliográfica, seguida de uma pesquisa documental e relato de experiência. A pesquisa qualitativa se configura em uma abordagem bastante utilizada nas mais diferentes áreas, em especial nas Ciências Humanas, uma vez que utilizo conhecimentos de outras pesquisas científicas para desenvolver o mesmo, somando-se a um estudo documental através das leis que tange a educação inclusiva. O método qualitativo torna-se primordial na realização da nossa pesquisa, pois segundo os escritos de Tuzzo e Braga (2016),

[...] a pesquisa qualitativa oferece ao pesquisador um vasto campo de possibilidades investigativas que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (Tuzzo; Braga, 2016, p.142).

Os autores acima chamam atenção para a importância do método qualitativo, tendo em vista que sua abordagem contempla, em profundidade, dos fatos que estão sendo investigados, possibilitando um melhor parecer desta pesquisa, complementando-se aos

apontamentos feitos ainda por Minayo (2009, p. 21) sobre o método “[...] *trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes*”.

A pesquisa bibliográfica, dos textos científicos utilizados, já publicados sobre a temática, possibilitam conhecer e analisar os problemas levantados na pesquisa, além de auxiliar na escolha do método adequado a ser aplicado na pesquisa. Todo esse percurso foi possível baseando-se nos trabalhos já publicados, sendo considerada a primeira etapa de muitos estudos científicos, sejam elas de campo, seminários, debates, entre outros, como nos aponta Andrade (2010) em seus estudos,

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões [...] (Andrade, 2010, p. 25).

Como vimos, o autor afirma que é fundamental o domínio do conhecimento estudado pelo pesquisador, sendo bastante relevante a sistematização de todo o material que está sendo analisado, aprimorando os fundamentos teóricos a partir do ler, refletir e escrever, possibilitando, somente assim ao pesquisador, a reconstrução da teoria, confirmando-se com a passagem de Gil (2002, p. 44) a respeito da estrutura e desenvolvimento da pesquisa bibliográfica “[...] *é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos*”.

Conforme os escritos apresentados por Bardin (1977) a análise documental pode se desenrolar a partir de uma diversidade de fontes, isto é, de diferentes documentos, podendo não ser limitado a um simples texto escrito, podendo englobar editais, leis, fotos, revistas, jornais, vídeos, postagens e mídias sociais, entre outros.

A documentação trabalha com documentos, a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se principalmente por classificação indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1977, p.46).

A técnica que foi utilizada possui um caráter informativo, que auxilia na compreensão e aprofundamento da temática levantada, facilitando meios que permitam aprofundar os tópicos e pontos em conversa, fazendo da pesquisa um processo construtivo. Outra vantagem que a técnica de coleta documental proporciona, é a prova concreta de dados, permitindo a independência do pesquisador, além da maior separação entre o sujeito e o objeto da pesquisa a este respeito, apoiam-nos as afirmações Cechinel et al. (2016) ao tratar dos elementos de análise envolvidos no processo.

Trago também dentro desses escritos os meus relatos de experiências que auxiliaram o leitor na compreensão de determinados dados a respeito do campo estudado, sendo uma aliada dos pesquisadores de diversas áreas, pois conforme os escritos científicos de Bolívar (2002) a pesquisa autobiográfica tem potencialidade de trazer com detalhes algumas informações que, para muitos possam passar despercebidas.

Se for o caso de uma vivência, como nesta pesquisa, a experiência se apresenta como um fato ocorrido na vida do/a pesquisador/a no qual ele/ela se envolve, deposita suas expectativas, além de emoções e sentimentos. A experiência, no modo geral, marca a vida do sujeito em todos os seus sentidos e cada vez que o mesmo repara, por exemplo, um determinado símbolo que venha representar algo, o mesmo irá fazer assimilações em relação à mesma, pois,

A experiência é algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão, e que às vezes, algumas vezes, quando cai em mãos de alguém capaz de dar forma a esse tremor, então, somente então, se converte em canto. E esse canto atravessa o tempo e o espaço. E ressoa em outras experiências e em outros tremores e em outros cantos (Larrosa, 2015, p.10).

Dessa forma, a relação da narrativa do/a pesquisador/a com o vivido no campo pesquisado pode ser entendido, da seguinte forma,

A narrativa realiza, sobre o material indefinido do vivido, um trabalho de homogeneização, ordenação, de funcionalidade significante; reúne, organiza e trata de modo temático os acontecimentos da existência; dá sentido a um vivido multiforme, heterogêneo, polissêmico. É a narrativa que designa os papéis aos personagens de nossas vidas, que define posições e valores entre eles. É a narrativa que constrói entre as circunstâncias, os acontecimentos, as ações, relações de causa, de meio, de fim; que polariza as linhas de nossos argumentos entre um começo e um fim e os atrai para sua conclusão; que transforma a relação de sucessão dos acontecimentos nos encadeamentos acabados; que compõe uma

totalidade significativa em que cada acontecimento encontra seu lugar de acordo com sua contribuição à realização da história contada. É a narrativa que faz de nós o próprio personagem de nossa vida, é ela enfim que dá uma história à nossa vida: nós não fazemos a narrativa de nossa vida porque nós temos uma história; nós temos uma história porque nós fazemos a narrativa de nossa vida (...) a narrativa é o lugar onde o indivíduo humano toma forma, onde ele elabora e experimenta a história de sua vida. (Delory-Momberger, 2006, p. 363).

A pesquisa foi realizada em um Centro Educacional Infantil (CEI), localizado no município de Acarape-CE, região pertencente ao Maciço de Baturité¹, abrigando mais de 30 mil hectares de fauna e flora. A cidade está localizada a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar e a 61,8 km de distância de Fortaleza-CE.

O município trata-se de uma região mista, composta por uma cidade e grandes campos rurais que a rodeiam, sua população encontra-se dividida em: Zona Urbana e Zona Rural. As principais fontes de renda dos moradores são provenientes de programas governamentais, reciclagem, alguns comércios familiares, uma porcentagem – em sua maioria masculina – busca renda através de empregos na capital Fortaleza. As famílias atendidas pela CEI, em sua maioria residem em bairros humildes e marginalizados, os alunos matriculados em grande parte provém de famílias desestruturadas.

¹ Região serrana composta por treze (13) municípios, são eles: Baturité, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

CAPÍTULO 2: MARCOS LEGAIS DO AEE: Lei Federal, Estadual e Municipal

Neste capítulo apresento ao leitor os marcos legais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil, demonstrando sua complexidade que nasce no seio de políticas federais de implantação da proposta pró-inclusão, a partir dos anos 2000, que se intensificam no governo de Luiz Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 a 2010 prevendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças com deficiência física, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD) na classe regular.

É importante frisar que a educação é um dos pilares mais importantes em nossa sociedade, sendo um direito fundamental de cada indivíduo, pois, ela combate a desigualdade social, estimula a sustentabilidade, promove os direitos humanos e diminui a violência. Atualmente, a temática sobre Educação Especial e Inclusiva vem ganhando força e se destacando nos últimos anos na academia, a partir de estudos e pesquisas de cunho científico, desde suas teorias a seus modelos de diretrizes, até a prática pedagógica cotidiana, encontrada dentro dos muros escolares, relativas à Educação Especial.

Por se tratar de uma discussão histórica, travada por diversas lutas ao longo dos anos no Brasil e no mundo, observo nos estudos já realizados a respeito do tema que, historicamente as famílias, que possuíam filhos/as com deficiência apresentam um certo protagonismo no que diz respeito as lutas pelo direito ao acesso à educação, uma ONG que busca garantir esse acesso é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), é um Movimento em Rede que se destaca no país pelo seu pioneirismo, podendo, portanto, ser reconhecida como Rede APAE. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano, cuja filha tinha síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos e admirava-se por não existir no Brasil algo assim. Motivados por aquela senhora, um grupo, congregando pais, amigos, professores, médicos, profissionais e comunidade, envolvidos diretamente ou indiretamente com as pessoas com deficiência, e sentindo, cada vez mais, a necessidade de uma maior mobilização, foram se organizando para criar serviços de atendimento inicialmente na área de

assistência social e educação. Em decorrência desse movimento, é fundada a primeira APAE no Brasil. Pela primeira vez no país, discutia-se a questão da pessoa com deficiência com um grupo de famílias que trazia para o Movimento suas experiências como pais de pessoas com deficiência e, em alguns casos, também como técnicos na área. A Rede APAE vem a ser constituída integradamente por pais e amigos das pessoas com deficiência, com a parceria da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, das diferentes esferas de governo, enfim, de todos que percebem e valorizam a pessoa com deficiência como pessoa humana. (Brito, 2019, p. 35).

Abordar Educação Especial na perspectiva Inclusiva é tratarmos de uma ideia de educação para todos, com equidade e justiça social, que trate as diferenças como um fundamento principal, respeitando as particularidades de cada sujeito. O intuito de promover a inclusão e a interação de alunos com deficiência no ambiente escolar, objetiva garantir inicialmente que essas pessoas convivam harmoniosamente e que sejam respeitadas em sua condição de diferente.

O Decreto de nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que se refere à regulamentação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, vem tratar sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e de outras providências, referentes a essa questão. O documento traz em sua estrutura, especificamente em seu artigo 03, as seguintes considerações sobre deficiência:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Brasil, 1999, p.1).

Como vemos nessa definição e classificação de deficiência foi dada estritamente de acordo com critérios médicos, considerado uma característica própria do sujeito, sendo entendida como uma limitação pessoal do modelo social. Nos dias atuais, com o avanço da ciência, as pesquisas apontaram alterações, estudos foram atualizados e as definições de deficiência ganharam novos conceitos, isto é, passaram a ser consideradas parte da diversidade humana, sejam elas deficiências físicas, mentais, intelectuais e/ou sensoriais (Fonseca, 1995).

No contexto escolar é frequente o uso, por professores e gestores, de termos,

hoje considerados inadequados ao se referirem aos alunos deficientes, tais como “portadores de deficiência” e “anormais” em situações de comparações com os demais sujeitos que não possuem deficiência os tidos como “normais”. Tal realidade gera confusões, pois isso leva o profissional a focar nos fatores biológicos para distinguir a normalidade, deixando de lado os fatores sociais e as potencialidades individuais, como nos revela Vitor da Fonseca:

As convicções sociais e as crenças que gravitam à volta da noção de normalidade ideal têm de ser amplamente debatidas, pois geram confusões e adiam a resolução dos problemas. Temos, cada vez mais, de reconhecer que o “normal” em saúde ou em condutas sociais é um luxo biológico ou social. As explicações dos fatos são multifatoriais, não se deduzem de causas exclusivas ou encantatórias. O conceito de “normalidade” não pode reduzir-se a um sentido biológico; ele tem de incluir um conceito de realização no sentido social. (Fonseca, 1995, p. 10).

Conforme explica o autor acima, ambos os fatores devem ser considerados, tanto social, quanto o orgânico, já que o direcionamento de um só fator acaba rotulando e estigmatizando esses sujeitos como pessoa incapaz, tudo isso pode classificar um comportamento, mas em hipótese nenhuma, a pessoas. Assim, faz-se necessário a utilização do termo correto nos espaços educativos, pois assim se diminui a carga de preconceitos para com as pessoas com deficiência, que também podem ser referidas como pessoas com necessidades individuais e/ou necessidades educacionais especiais (NEE).

Diante disso, destacamos a necessidade, nos espaços escolares, de um esforço coletivo, partindo do corpo gestor para com a sua comunidade escolar, envolvendo não somente professores, como outros membros atuantes no local e alunos, para empregar a terminologia adequada à perspectiva inclusiva.

Podemos entender a partir do que nos traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394 / 96 em seu artigo 58 que Educação Especial é uma modalidade presente dentro do campo escolar, oferecendo ao público com necessidades educacionais especiais um atendimento especializado na rede regular de ensino, segundo a peculiaridade de cada um. Esse texto legal é o resultado de diversas lutas históricas para reconhecer o deficiente como um sujeito, que goza de seus direitos como os demais em sociedade. Como bem nos assegura o mesmo autor que diz:

O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos e

pouco funcionais, que lhe dão um perfil intra-individual peculiar. Possui igualmente discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável. (Fonseca, 1995, p. 9).

Vitor da Fonseca (1995) deixa em evidência que os sujeitos com necessidades educacionais especiais devem ser reconhecidos socialmente, independentemente de suas particularidades, sejam elas físicas e/ou mentais, reconhecendo sua existência, pois são seres de potencialidades e possibilidades, lhes atribuindo às mesmas condições de realização e aprendizagem, tanto dentro dos muros da escola, como fora deles.

Retomando às discussões no que diz respeito a uma educação especial em uma perspectiva inclusiva, esse modelo é, sem dúvida, um dos maiores avanços no campo educacional. Segundo os escritos de Mendes (2020), ela é resultante de vários estudos e discussões acadêmicas que ocorreram, não só no Brasil, como em todo o mundo. O contexto histórico no qual nos encontramos garante esses direitos fundamentados a partir de vários documentos como o da Declaração de Salamanca, que traz as seguintes considerações:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades [...]. (Unesco, 1994, p.01).

A citação acima nos mostra neste documento os principais tópicos orientadores para a construção de políticas e práticas educacionais voltadas ao público estudantil com necessidades educacionais especiais. Com isso, percebemos que não é à toa que a educação inclusiva é considerada um grande divisor de águas no que diz respeito ao campo da Educação por proclamar que as instituições escolares regulares passem na perspectiva inclusiva, a adotar meios para combater atitudes discriminatórias dentro de seus espaços, possibilitando o acesso e permanência desses alunos na escola regular.

Outro documento que contribuiu para essa perspectiva seria a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estruturada em 30 artigos, se pautando como um norteador para toda a humanidade, na busca pela garantia de um futuro justo e igualitário para todos. Conforme os escritos contidos nos Marcos Político-Legais da educação especial

na perspectiva da educação inclusiva (2010), nosso país ganhou destaque no que diz respeito aos avanços do direito de todos à educação, direito este que vem sendo estabelecido nos parâmetros da Constituição Federal de 1988, sendo fundamentado também em uma perspectiva inclusiva e fazendo a ligação entre o direito à igualdade e à diferença.

Diante disso, os princípios contidos nessa perspectiva inclusiva vêm alterar todas as práticas antecedentes, garantindo a igualdade de acesso e permanência desses alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Para tanto passou-se, a oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), seja no contra turno e/ou durante toda a permanência desses indivíduos no ambiente da escola. Sua implementação dentro dos muros escolares contempla diversos fatores positivos como nos revela Rodrigo Mendes:

O primeiro é a garantia de convívio, de interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar, na medida em que essa interação é um ingrediente fundamental para que o aluno seja desafiado e possa desenvolver o máximo de seu potencial. O segundo fator é a garantia de acesso ao mesmo conhecimento, ou seja, ao mesmo currículo. (Mendes, 2020, p.33).

Acerca das considerações feitas pelo autor, revela-se que as contribuições da educação especial inclusiva vêm causando grandes impactos nos espaços escolares, isso tudo não só porque ela traz consigo a tolerância às diferenças, como também ela contribui para a configuração de um espaço, no qual os demais se respeitem pela condição humana. Apesar de tudo isso ser uma grande iniciativa, sabemos que ainda existe um abismo entre o que encontramos na teoria e o que é visto na prática, pois a realidade se transforma e ganha novos significados dia após dia.

Sabemos que com todo esse cenário ainda há um quadro significativo de alunos que não acompanham a turma, sem contar com as queixas de professores com suas turmas lotadas e em meio a tudo isso encontramos alunos com necessidades educacionais especiais ainda sem um acompanhamento adequado, realizando suas atividades sem a presença de um profissional especializado, que acaba sendo um dos muitos casos encontrados nas diferentes escolas espalhadas pelo Brasil, senão pelo mundo. Um dos exemplos citados por Rodrigo Mendes (2020) traz a história de Lucas:

Lucas tinha sido estudante da escola Clarisse Fecury no ano anterior. Por ter nascido com paralisia cerebral, utilizava uma cadeira de rodas e precisava de auxílio para se locomover. Para tentar reduzir as dificuldades de transporte, Ana

mãe de Lucas decidiu transferi-lo para uma unidade escolar situada nas redondezas de sua residência. Apesar de o modelo de educação inclusiva ter estado vigente na rede pública de ensino de Rio Branco desde 2004, Lucas não havia sido bem recebido nesta segunda escola. Conforme Ana relatou: “A gente estava na mesma luta, numa escola bem mais próxima, só que a dificuldade era maior, devido assim, até mesmo, à falta de interesse da escola. E a gente lutou, batalhou, só que não deu certo. Aí foi quando eu resolvi voltar para cá”. (Mendes, 2020, p. 60).

Dentro dessa situação, descrita acima, vemos que o aluno havia sido matriculado por conta da política inclusiva, mas isso não tornou o ambiente escolar favorável, já que somente estar ali, não significa que ele está incluído. Na maioria das vezes, esses alunos têm grandes dificuldades de comunicação, entre si, com os demais colegas, e com a escola na totalidade.

A escola, de modo geral, é vista como um local de promoção de igualdade, integração e inclusão, além de ser o espaço em que formasse cidadãos, e é dentro dela que a criança tem a primeira oportunidade de aprender e a conviver, com outras crianças fora do contexto familiar, oferecendo segurança a todas essas crianças, substituindo, muitas das vezes, o seio familiar.

Sabemos que, sem essa base, a inclusão não ocorre, pois esse modelo envolve a estrutura física da instituição, a família, a comunidade e profissionais altamente qualificados, trabalhando no Serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que pode funcionar na própria escola de ensino regular, criando e organizando novos métodos de ensino que facilitem a compreensão desses alunos na absorção dos conteúdos, como nos apresentam os seguintes autores ao descreverem as funções do serviço especializado:

Esse serviço tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras existentes. Sua execução pressupõe conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da língua portuguesa como segunda língua, do sistema braille, do soroban, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, da adequação e produção de materiais pedagógicos, da tecnologia assistiva e outros. (Mendes, 2020, p. 53).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é considerado um caminho para a inclusão, se apresentando como política pública carregando objetivos presentes na citação, acima todos relacionados à Educação Especial. Esse atendimento existe para favorecer todo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, como nos traz o Decreto de Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a

Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e outras providências:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II aprendizado ao longo de toda a vida; III não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2011, p.1).

A inclusão nos permite construir uma sociedade comprometida com mais equidade e justiça social, refletindo acerca de uma escola de qualidade para todos, sem nenhuma distinção, que abrace não somente alunos e professores, como todos os profissionais presentes dentro dela. O reconhecimento desses conceitos, terminologias adequadas são desafios a serem implementados em um sistema social competitivo, que tende a ser excludente, mas que agora garante às pessoas com necessidades especiais, seguirem buscando o direito de conviver e se educar.

No Ceará, segundo dados através da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) é apontado que em 2017 foram matriculados 4.048 alunos público-alvo, em ambientes diversos, não somente nas escolas regulares, profissionais, indígenas, centros de educação de jovens e adultos e em escolas especializadas, como o Instituto Cearense de Educação de Surdos –ICES e EEF Instituto dos Cegos (Seduc, 2017). Além destes, é garantido aos estudantes da educação especial o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), contando com profissionais de apoio (profissional de apoio escolar e intérprete), acessibilidade arquitetônica e pedagógica e formação de professores.

No município de Acarape, onde resido atualmente, encontramos diversas problemáticas no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a educação especial e inclusiva. Castro e Filho e Xavier (2020), apontam que em Acarape se dispõe de cinco professores efetivos lotados para atender no AEE, além de alguns cuidadores. Entretanto, o que se observa cotidianamente é que ainda existe uma demanda por profissionais com formação adequada, qualificada para atuar nas áreas específicas, além da falta de projetos que incentivem a promoção da inclusão, a própria ausência de uma sala multifuncional para

a realização dos atendimentos educacionais especializados, espaço este, assegurado por lei e apontam precarização das existentes.

Concluimos neste capítulo que, apesar de todo suporte legislativo, a inclusão no campo da educação ainda anda em passos lentos rumo a uma efetivação genuína do que se espera. Encontramos diversas realidades não satisfatórias e por vezes revoltantes, o descaso com a formação dos profissionais que atuam diretamente com este público, falta de incentivos para que isto ocorra, a desinformação a respeito das leis que regem os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, a falta de interesse em alavancar a inclusão no chão da escola, são algumas problemáticas encontradas no decorrer do presente estudo.

CAPÍTULO 3: OS PROCESSOS DE SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AOS CUIDADORES NO MUNICÍPIO DE ACARAPE

No Brasil, são diversos os desafios que cercam as escolas de Educação Básica e, quando nos referimos à modalidade de Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, os números chegam a disparar diante do abismo existente entre a teoria encontrada nos mais diversos documentos que revelam uma série de conquistas na última década e a prática vivenciada cotidianamente por profissionais da área que denunciam os desafios e retrocessos.

Em Acarape-CE, a realidade é a mesma, absurdamente preocupante, pois são tantos os impasses que atravessam o cenário educacional do município que até fica difícil delinear quais são mais perceptíveis a “olho nu” ou até mesmo definir quais necessitam ser priorizados e resolvidos com urgência não somente pelos órgãos públicos municipais, como também da parte dos profissionais que atualmente compõe o quadro de servidores do município e comunidade escolar, pois essas transformações exigem compromisso e força de vontade de todos os lados,

A adoção de um modelo escolar inclusivo exige que o professor rompa com seus posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos e desempenhe o seu papel formador, que não mais se restringirá a ensinar somente a uma parcela dos alunos que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado pela escola. Assim, ensinará a todos indistintamente. (Franco; Schutz, 2020, p. 245).

Considera-se a vida como um espaço de formação, sendo a partir dela que o indivíduo aprende cotidianamente, em momentos que o mesmo adquiriu e deu sentido ao longo de sua vida. A formação é um processo que ocorre ao longo de toda a vida humana, abrindo caminhos e possibilidades de se criar mecanismos que dão sentido a tudo que o homem viveu e está vivendo atualmente. *“A identidade do professor é construída, ao longo de sua trajetória como profissional do magistério. No entanto, é no processo de sua formação que são consolidadas as opções e intenções da profissão que o curso se propõe legitimar.”* (Pimenta; Lima, 2010, p.62).

O ser humano constrói sua identidade através de suas experiências com o mundo, porém não significa que sua identidade permanece imutável, muito pelo contrário, sua identidade sofre alterações de acordo com suas vivências cotidianas. Estar na escola e acompanhar o trabalho pedagógico ajuda o sujeito em seu processo de construção de

identidade, ao mesmo tempo, que o faz compreender que “*o ensino oferecido se apresenta como sendo o principal meio capaz de impulsionar a transformação da atual sociedade em que vivemos, com desigualdade e problemas sociais*”. (Bossolotti; Vieira, 2018, p.48).

Nosso campo do estudo é localizado na cidade de Acarape, região interiorana do estado do Ceará, pertencente ao Maciço de Baturité, fazendo limite com os municípios de Redenção, Barreira e Guaiúba. A instituição CEI é composta por seis salas de referência para atendimento de crianças na faixa etária de dois a cinco anos. A parte externa e interna da instituição é parcialmente acessível, porém, não possui identificação de rotas e, muito menos sinalizações para estudantes com necessidades educacionais especiais, como bem deveria ocorrer, principalmente, nos espaços internos para que houvesse a inclusão desse público nas atividades, mas que, na prática ainda não ocorre, Costa fala que:

O processo de inclusão de educandos com deficiência deve ocorrer no interior da escola como espaço social e democrático, no qual o acesso ao conhecimento contribui para o reconhecimento da diferença como essência da humanidade, a solidariedade, a manifestação da criatividade, originalidade e autoria, como também para a vivência solidária de experiências, considerando que a escola como espaço para todos deve promover a remoção das barreiras à aprendizagem, deixando de enfatizar as deficiências dos alunos como obstáculo, destacando, sobretudo, sua humanidade e, conseqüentemente, seu direito à educação escolar e o acesso ao conhecimento em espaços educativos democráticos (Costa, 2002, p.79).

Nas experiências cotidianas em sala de aula encontra-se uma variedade de situações que nos faz enxergar uma realidade paralela à teoria ou, como muitos profissionais do Centro Educacional se referem, “fora do encaixe”, pois é assim como se sentem ao se depararem com a Educação Especial no seu dia a dia. Trazendo um pouco dos relatos e experiências durante todo o período em que me fiz presente na instituição enquanto estagiária, reflito acerca da presença dos profissionais de apoio, conhecidos pelo senso comum como cuidadores, durante todo esse período surgiram diversos questionamentos.

Visto que, mesmo com toda a legislação que rege o direito de pessoas com necessidades educacionais especiais nos muros escolares, a presença destes profissionais em sala de aula ainda se encontra em processo de adaptação, além disso, observam-se diversas outras questões que ainda dificultam a presença dos mesmos em sala de aula e até mesmo a concepção de suas reais funções, sendo estas confundidas por vezes como “o faz tudo”. Nesse sentido, identificar a função do profissional de apoio (cuidador) é essencial, Segundo Silva, (2018) a atuação desse profissional está vinculada à inclusão educacional das crianças. Seus postos de trabalho se concretizam nas práticas de uma educação inclusiva. Por meio das

práticas educacionais e sua presença é enfatizada e indispensável no cenário educacional brasileiro.

Como a citação traz, o papel do profissional de apoio deve remeter-se ao significado de desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária, contemplando as dimensões individuais e coletivas, conhecer e respeitar as particularidades do outro, sendo um suporte para que, a criança alcance a superação de suas dificuldades e limitações a cada dia.

O processo de seleção destes profissionais de apoio se dá mediante um edital publicado e divulgado pela própria Secretaria Municipal de Educação (SME) do município, mas que entre uma análise e outra se percebe algumas brechas que, futuramente, vai acarretar sérios problemas, por exemplo, o edital não exige nenhuma formação na área da educação inclusiva como pré-requisitos como se pode ver a partir do edital, sendo um cargo atribuído pela prefeitura como sendo de nível médio,

2. CUIDADOR ESCOLAR Atribuições da Função: auxilia nas atividades de alimentação, higiene e locomoção e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária a sua presença. Acompanhar as atividades lúdicas dos alunos; Administrar medicamentos, sob prescrição médica e autorização dos responsáveis; Auxiliar os estudantes nas refeições; Auxiliar os alunos na escrita/digitação; Supervisionar as brincadeiras REQUISITOS PARA PROVIMENTO: a) Escolaridade: Nível Médio Completo. (SME, 2023, p.17).

A inserção do profissional de apoio na equipe escolar, como proposta de uma escola inclusiva, conforme o processo seletivo simplificado nº 01/2023 contratações temporárias de profissionais para a Secretaria de Educação de Acarape, traz as atribuições do cuidador escolar diretamente ligada às atividades de alimentação, locomoção e higiene do estudante com deficiência, além de atuarem onde houver a sua necessidade no espaço escolar.

No meio do ano letivo, especificamente em junho de 2023, tivemos a contratação de uma profissional de apoio (cuidadora) que caiu de “paraquedas” no cargo, onde a mesma confidenciou-me em uma de nossas conversas sobre ter recebido uma ligação na qual a se questionava se a mesma possuía interesse na vaga de cuidadora, pois a profissional que era responsável pelo cargo havia solicitado desligamento devido a problemas pessoais, diante das justificativas, a mesma conta que aceitou devido estar passando por necessidades financeiras e, neste caso, não houve seleção e, muito menos, entrevista.

Observou-se nos primeiros dias que a profissional não foi bem orientada e/ou sequer teve formação para atuar no cargo, a mesma buscava informações do dia a dia com

outros profissionais da instituição, realizando suas atividades conforme as possibilidades, tomando posse da expressão “matar um leão por dia” para justificar as dificuldades que a mesma passava desde a sua chegada à instituição, com o intuito de compreender que formação é ofertada aos cuidadores - já que o processo seletivo não o exige - realizar diversas conversas informais com as cuidadoras que atuam na sala de aula do infantil III no turno tarde. Elas revelaram que as formações são oferecidas, após o início do ano letivo, ou seja, o profissional assume o cargo como diz um famoso ditado popular cearense “só com a cara e a coragem”. Essas formações são dadas em períodos esporádicos segundo as cuidadoras. Cabe destacar que quando o cuidador e/ou professor não detém conhecimento específico sobre o caso, o mesmo porta-se como um sujeito intolerante às diferenças, reproduzindo práticas excludentes, como bem salienta o autor,

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão. [...] A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante, de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. (Pimentel, 2012, p.139).

Como traz o autor, a ausência desses conhecimentos no campo de trabalho pode ser um dos motivos que tem levado esses estudantes a optar por não permanecer nos muros escolares, além de outros julgamentos negativos cotidianamente realizados entre professores e familiares, julgando serem sujeitos incapazes de realizar quaisquer atividades em casa ou até mesmo na escola. Partindo deste apontamento, refletimos sobre o quão problemático se torna a falta de exigência de uma formação na área da Educação Inclusiva para aqueles que irão atuar como agentes de inclusão.

Na escola, a equipe gestora identifica as expectativas e necessidades de desenvolvimento dos seus estudantes e propõe atividades, articulando oportunidades educativas capazes de atendê-las. Conforme o documento PPP, (2021, p.07) da escola nos revela, a mesma tem como visão “*a universalidade, equidade, solidariedade, tolerância, ética, moral, eficácia, efetividade, qualidade, inclusão, dentre outros*” pilares considerados fundamentais por Veiga (2004) em seus estudos a respeito da importância do Projeto Político Pedagógico nas escolas, onde o mesmo diz que,

É Projeto porque reúne propostas de ações concretas para executar em

determinado período de tempo. É Político porque considera a escola como um espaço para formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É Pedagógico porque define e organiza as atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (Veiga, 2004, p. 12).

O PPP do Centro Educacional Infantil ainda serve como guia para todas as atividades escolares que ocorrem durante todo o ano letivo e dentro dele constam todas as informações da comunidade escolar, assim como o seu fazer educativo, como nos traz em sua introdução,

[...] o fazer educativo está pautado em um trabalho diversificado de experiências e linguagens, instituídos pelos campos de experiência da BNCC (2017), possibilitando à criança planejar suas ações diante da realidade, experiências e situações do dia a dia, bem como refletir sobre os desafios e conflitos. O educador, nesse contexto, oferece experiências, planeja contextos envolventes, formula boas perguntas, oferece uma escuta atenta e propõe expressões diversas para reconhecer os percursos de criação e de pensamento e a construção do conhecimento pela criança. (PPP, 2021, p.10).

A respeito das dimensões e concepções pedagógicas norteadoras, o documento traz as seguintes considerações,

As concepções pedagógicas norteadoras estão relacionadas às concepções de aprendizagens interacionistas e se baseiam na perspectiva sócio-histórica, na qual os conhecimentos são formados a partir das interações e nos ímpetus internos do sujeito que busca sentido nas condições externas para produzir conhecimento. As práticas intencionais e pedagógicas que o professor oferece têm o objetivo de oferecer meios para as crianças construir conhecimentos e têm relação com a vida cotidiana, a cidadania, as experimentações, os laboratórios de aprendizagem, as atividades escolares, incluindo na Educação Infantil o ato de comer, pintar, criar, brincar, ouvir histórias, entre outros. (PPP, 2021, p.14).

O documento não deixa de citar em sua estrutura a Educação Especial e Inclusiva a ele, referindo-se da seguinte forma,

Embora a Educação Especial e Inclusiva não seja citada como um princípio, ela é a base para uma sociedade justa que se inicia na família e continua na escola, devendo estar pautada sobre o preceito da Equidade e não da Igualdade, uma vez que deve reconhecer as necessidades e singularidade de cada indivíduo. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, LBI (BRASIL, 2015), a Educação é direito a toda pessoa com deficiência e está assegurada em todos os níveis, etapas e modos ao longo da vida. Deve ser oferecida, prioritariamente, no ensino regular, com recursos e apoio pedagógico para superar as dificuldades, garantia de acesso, permanência e participação, assim como respeito, valorização das diferenças humanas e apoio especializado. Deste modo, a Educação Infantil, assim como os outros segmentos da Educação Básica, recebem, atendem e

acompanham todas as crianças deficientes que escolheram a unidade educativa para sua formação escolar. Para melhor acolher de modo humano e educativo, são oferecidos, sempre que necessário, recursos, estratégias e acessibilidade aos espaços e aos conhecimentos escolares, assim como atendimento educacional especializado com profissional de apoio, tecnologia assistiva e um ambiente educativo com recursos para as atividades extraclasse às crianças deficientes, com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e de Altas Habilidades/Superdotação [...] (PPP, 2021, p.21).

Por outro lado, pude presenciar a realidade a partir das vivências no local através do estágio supervisionado na educação infantil, as expectativas dos profissionais de apoio são, muitas das vezes, frustradas, pois muitos ainda reconhecem suas limitações em como lidar com as diversidades, sentindo-se frágeis diante da impossibilidade de criar mecanismos que auxiliem as crianças a entenderem como é fundamental e basilar seu papel na vida de toda a comunidade escolar.

Outros saem de suas formações com muito entusiasmo e desejos de colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos na academia, porém ao se depararem com a realidade no chão da escola, acabam encontrando um novo mundo não descoberto. Na verdade, são escolas inteiramente sucateadas, ocupadas por famílias desestruturadas e profissionais inteiramente desestimulados em todos os sentidos que, de uma forma ou de outra, acabam influenciando novos profissionais que adentram seus espaços.

Não obstante, os profissionais acabam cotidianamente se esbarrando em seus dilemas pessoais, na inquietude de refletir sobre sua prática como um fator fundamental para o alcance de seus próprios objetivos, como salienta o autor sobre a necessidade do profissional estar sempre em constante atualização a respeito dos seus conhecimentos, além de redimensionar seu sistema de crenças e valores,

Para ser capaz de se situar numa nova organização de ensino e de gestão da classe, o professor precisa redimensionar seu sistema de crenças e valores. Dentre as diversas crenças que respaldam as práticas pedagógicas, ainda é muito forte a ideia de controle, especialmente no que se refere ao espaço. As mesas e as cadeiras são organizadas de forma que todos dirijam o olhar para a professora, que, na maioria das vezes, está na frente dando as orientações do que os alunos devem fazer e, quase sempre, utilizando o quadro. Os materiais não ficam ao alcance das crianças, a professora controla o material e a forma como o espaço é organizado. O espaço é realmente um elemento essencial da abordagem educacional; É preciso revisitar essa noção de espaço educativo: espaço em torno da escola e da cidade; espaço apropriado para diferentes idades e níveis de desenvolvimento; espaço organizado e espaço ativo; espaço que documenta; espaço que ensina [...] (Figueiredo, 2008, p. 2).

É a partir desses apontamentos levantados pela autora, que vão surgindo novas possibilidades para o profissional se rever e se reinventar na sua prática diária. Lidar com a

Educação Especial proporciona ao profissional um desenvolvimento não só pessoal, como também profissional, no sentido de revelar que os limites e barreiras podem ser, muitas das vezes, degraus para seu próprio crescimento enquanto profissional. Conforme os ensinamentos de Garcia (2017, p. 56) *“consideramos que o trabalho de educação especial nas redes de ensino exige muito mais dos professores de educação especial em termos pedagógicos, com destaque para a necessidade de uma sólida formação teórico-prática”*.

Recordo-me de uma experiência no começo do ano letivo, na qual tive que atuar em uma sala com necessidades educacionais especiais, especificamente, com transtornos do espectro autista, onde um deles em um momento disse “eu também consigo né, professora?”, essa fala fez-me refletir por muitos dias, pois apesar de vivermos em uma era da tecnologia, muitos ainda passam despercebidos sobre o quão importante podemos ser na vida de um ser humano.

Um dos exemplos de exclusão que presenciei neste período foi o de uma criança matriculada na escola no Infantil III no turno da tarde, onde algumas atividades da professora responsável por sua turma são frequentemente recusadas por ela. Em certos momentos, a criança mostra-se decidida em tentar acompanhar o ritmo dos colegas de turma, iniciando as lições de classe sozinha, tais como: desenhar, cobrir, circular e/ou pintar, mas que a todo o momento é repreendida tanto pela professora, quanto pelo profissional de apoio, reproduzindo frases, como “esse não é para você”, “não mexe, essa não é a sua atividade”, “fique sentadinho lá, vai!” ou “deixa a tia fazer para você, vai brincar!”.

Fisicamente a criança não aparenta ter deficiência, tanto que somente após dias com a minha presença em sala sentiu-se à vontade para me revelar o que se passava com ela e comentar sobre suas atividades diárias dentro da escola. Conforme as informações da gestão da escola, a criança foi diagnosticada com Transtorno do déficit de atenção, hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista. Crianças com esse déficit costumam demonstrar a todo o momento dificuldades de atenção em suas atividades, seja em casa e/ou na sala de aula, por exemplo, em brincadeiras, na fila para o lanche e até mesmo na hora de permanecerem sentados,

Para se elaborar um diagnóstico correto desta condição, são necessárias várias avaliações, muitas vezes com abordagem multidisciplinar. A avaliação clínica com médico deve coletar informações não apenas da observação da criança durante a consulta, mas também realizar entrevista com os pais e/ou cuidadores dessa criança, solicitar informações da escola que a criança frequenta sobre seu comportamento, sociabilidade e aprendizado, além da utilização de escalas de avaliação da presença e gravidade dos sintomas (Reis *et al*, 2011, p. 11).

Além de problemas com a finalização de atividades, a criança enfrentava bastantes problemas diários com a contação de histórias, feitas pela professora, fator esse que vem sendo trabalhado semanalmente com os profissionais do AEE. Somente depois de muita tentativa dos pais, em consultas realizadas fora do município tiveram o diagnóstico. Em qualquer dessas situações a escola, pais e responsáveis devem se manter atentos, considerando que a criança precisa de ajuda para ultrapassar essa fase, como também há possibilidade do aluno estar se sentindo diferenciado dos outros colegas, por ter esse acompanhamento.

Construir espaços de convivência que respeitem os indivíduos é outra possibilidade para ocorrer a inclusão desse público, independente de síndromes ou transtornos, assim como a formação continuada, pois para além da especialização, extensão e atualização do conhecimento, o profissional de apoio deve validar tanto a postura da professora quanto de toda a estrutura escolar em que se encontra inserido.

Uma grande transformação, já que somente a formação continuada é bastante limitada, não garantindo muitas mudanças,

Considera, assim, que as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade. Dessa forma, os professores contribuem para a criação, o desenvolvimento e a transformação nos processos de gestão, nos currículos, na dinâmica organizacional, nos projetos educacionais e em outras formas de trabalho pedagógico. Por esse raciocínio, reformas gestadas nas instituições, sem tomar os professores como parceiros/autores, não transformam a escola na direção da qualidade social. Em consequência, valorizar o trabalho docente significa dotar os professores de perspectivas de análise que os ajudem a compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais nos quais se dá sua atividade docente (Libâneo; Pimenta, 1999, p. 260).

Assim, a sociedade precisa superar o discurso de que a licenciatura é o suficiente, pois a inclusão exige formação específica e contínua na área, de acordo com Garcia (2009) a busca de conhecimento, antes de tudo, é um processo que pode ser individual ou coletivo, mas que se deve contextualizar no local de trabalho do docente – a escola – e que contribui para desenvolvimento de suas competências profissionais através de experiências de diferentes aspectos, tanto formais como informais.

Outras referências no que diz respeito aos profissionais que atuam na educação especial são encontradas também na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), onde a mesma orienta que para atuar na

educação especial, o profissional deve ter como base da sua formação, sendo ela inicial e/ou continuada, conhecimentos gerais para o exercício de suas atividades e conhecimentos específicos da área em que atua (Brasil, 2008).

Portanto, esse percurso deve possibilitar ao profissional de apoio determinados conhecimentos específicos e, ao mesmo tempo, que engloba o conhecimento em várias deficiências, por exemplo:

[...] no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (Brasil, 2008, p. 18)

O trabalho colaborativo entre os profissionais da escola é condição fundamental para que, assim, identifiquem os problemas no processo de aprendizagem e apontem as metodologias necessárias para o serviço do AEE, garantindo a esse público as mesmas oportunidades que as demais crianças da turma. Diante de todos esses relatos, podemos perceber que a ideia de inclusão dessas crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar ainda é negativa e ultrapassada em Acarape.

Contudo, podemos observar que a Educação Inclusiva vai além de seu serviço, devendo toda a instituição escolar acreditar que todas as crianças com necessidades educacionais especiais podem aprender. Sem essa parceria a inclusão não acontece, pois todoo processo de ensino-aprendizagem do indivíduo se inicia com a motivação do professor e do profissional de apoio em fazer em sua prática, o caminho da aquisição do saber (Mendes,2020).

Diante do cenário exposto, a Educação Especial na perspectiva Inclusiva engloba muito mais do que as percepções aqui apresentadas, pois como afirma Fonseca,

Os serviços médicos-pedagógicos devem preocupar-se com ações de prevenção, formação e investigação, ocupando-se do seguimento das crianças entre os dois e os cinco anos, visto provar-se ser este o período em que diminui a vigilância médica e em que aumentam os fatores que interferem significativamente com o desenvolvimento e 40 com o potencial de aprendizagem (desenvolvimento das aquisições motoras, psicomotoras, perceptivas, de linguagem, de socialização, etc.). (Fonseca, 1995, p. 191).

Por fim, percebe-se que a questão da inclusão ultrapassa os muros da escola, pois

ela está voltada a informar a sociedade sobre as deficiências, além de orientar pais e responsáveis para lidar com esse público, formar profissionais não somente da área da educação, mas sim de todas as áreas que, de um modo ou de outro, venha lidar com o atendimento ao público. É buscar um atendimento humanizado.

Concluimos que, abordar sobre Educação Especial e Inclusiva, na sociedade contemporânea ainda é um desafio, pois a sociedade mesmo com os avanços dados nesta área, ainda apresenta dificuldades, quando separa as escolas regulares dos estudantes com deficiências, onde o mais fácil é reproduzir a exclusão desses corpos a solucionar esses impasses que tendem a se perpetuar, cada vez mais, perversamente.

A escola é o reflexo do que ocorre fora de seus muros e, por diversas vezes reprodutora de violências específicas, principalmente, no que diz respeito às diferenças, pois reproduz o melhor e o pior da sociedade, atritos que vão desde os mais simples aos considerados mais complexos e, quando isso atinge o ponto máximo ocorre o “sufocamento” existencial do sujeito, ou seja, a violência transborda, dando espaço para a intolerância e por consequência evasão destes sujeitos destes espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a pesquisa teve por finalidade discutir os efeitos do papel pedagógico do AEE e dos cuidadores na educação inclusiva, durante o atendimento das crianças com deficiência na educação infantil, no município de Acarape/CE. Também identificar a função do AEE, enquanto política educacional; bem como, verificar como se dá os processos de seleção e acompanhamento pedagógico aos cuidadores no município de Acarape, tendo em vista que atualmente temas sobre a Educação Especial e Inclusiva vêm sendo evidenciados e estudados. Optamos por trazer um olhar etnográfico para a pesquisa com o intuito de apresentar a realidade vivida na práxis.

Logo, foi necessária uma maior reflexão sobre as práticas educativas e de caráter inclusivas realizadas por esses profissionais escolares. Consideramos, que a construção do texto, desenvolvido a partir do embasamento teórico escolhido e dos dados coletados em campo, possibilitou entender, que a realidade encontrada no ambiente escolar ainda é bastante diferente, da qual encontramos nos documentos que regem e/ou que deveriam reger as práticas realizadas em seu território. Dado o exposto constatamos a necessidade emergente da discussão do tema, o fazer inclusivo precisa ser abordado tão somente nos cursos de graduação, nas acadêmias, mas dialogada em comunidade, no chão das escolas, na instituição das prefeituras e secretarias de educação.

De um lado, observamos no Projeto Político Pedagógico da instituição, o aparecimento de discursos e iniciativas oficiais em direção à educação especial e inclusiva para/com seu público, mas que, por outro lado, há uma grande carência de formação tanto da parte do profissional de apoio, quanto do professor/a da turma regular. Também observamos o descaso com o tema, sendo identificadas situações de constrangimentos no que diz respeito ao trato com os alunos com necessidades educacionais especiais e o cumprimento das leis que regem os direitos deste público.

A acessibilidade ainda é um desafio, pois a estrutura física também não tem contribuído para que estudantes permaneçam e se desenvolvam nesses espaços, assim como a falta de adaptação de conteúdos e atividades desenvolvidas na escola. Outro desafio diz respeito à política de formação dos profissionais nesta área, que, de modo geral, como estes lidam cotidianamente na educação escolar.

Apesar de se tratar de um direito inquestionável e inalienável, muitos profissionais

da instituição pesquisada declaram-se despreparados para concretizar uma educação que não deixe nenhum indivíduo de fora, que inclua, de fato. Até mesmo outros que detêm especialização na área e que se dizem favoráveis à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, admitem, que não têm o “preparo necessário e adequado” para inclusão dessas crianças.

Concluimos que, apesar dos resultados desses estudos não serem satisfatórios e animadores, os mesmos nos incentivam a continuar realizando novas pesquisas na temática, com interesse em criar futuramente um curso de formação, com caráter extensionista, sobre a ressignificação da prática docente na educação inclusiva com especificação em estudantes com transtorno do espectro autista e deficiência intelectual. Por fim, pretendemos com esses escritos, incentivar outras investigações na área para que um dia vivenciamos a inclusão de fato.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOLIVAR, A. (Dir.). **Profissão professor**: o itinerário profissional e a construção da escola. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BOSSOLOTTI, Juliana Marcondes; VIEIRA, Ana Elisa Ribeiro. Gestão Escolar: um estudo de caso sobre Escolas Técnicas. **Interação Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, V. 20N. 1 ISSN 1517-848x e 2446-9874, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.
- BRITO, Dorca Soares de Lima. **Assistência Social na Rede APAE: Ofertas Socioassistenciais para Pessoas com Deficiência** / Dorca Soares de Lima Brito, Ivone Maggioni Fiore, Marcelo Silva, Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira et al. Brasília, 2019.
- CASTRO FILHO, J. de A. de; XAVIER, A. R. Direitos Humanos: um olhar para alunos com deficiência o Município de Acarape – Ce. **Inovação & Tecnologia Social**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 36–42, 2020. DOI: 10.47455/2675-0090.2020.2.5.4846. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/4846>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CECHINEL, A. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. Criar Educação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC**. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./Jun., 2016.
- COSTA, V. A. Produção do conhecimento na educação dos indivíduos com deficiência. **Revista Movimento da FEUFF**. Nº 6, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.
- DELORY-MOMBERGER, C. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17, n. 51, p. 523-535, set./dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/02.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FIGUEIREDO, R. V. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: Maria Tereza Eglér Mantoan. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p. 141-145.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein. 2º edição, **Revista aumentada**, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. **Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado**. Saúdeem Debate, v. 43, p. 244-255, 2020.

GARCIA, Carlos Marcelo. Desenvolvimento Profissional docente: passado e futuro. Sísifo. **Rev. de Ciências da Educação**, nº 08, PP. 7-22. Lisboa/ Portugal. Jan/Abr. 2009. Disponível em: <sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/S8_PTG_CarlosMarcelo%20(1).pdf>. Acesso em 20 de Julho de 2023.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Disputas conservadoras na política de educação especial na perspectiva inclusiva. IN: GARCIA, Rosalba. **Políticas de Educação Especial no Brasil do Início do Século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, p. 19-66, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LARROSA, J.B: **TREMORES: escritos sobre experiência**. Belo horizonte: Autêntica, 2015. Coleção: experiência e sentido.

LIBÂNIO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. 1999, p. 260.

MENDES, Rodrigo Hübner. **Educação Inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. Revisão técnica José Cerchi Fusari, - 5. ed – São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTEL, Susana C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Theresinha; GALVÃO FILHO, G.; Teófilo A. Org. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

PPP. Projeto Político Pedagógico. **Centro Educacional Infantil**. Prefeitura Municipal de Acarape-CE, 2021.

REIS, Aline et al. **TDAH – Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: uma conversa com educadores.** São Paulo: Novartis, 2011.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.** [Fortaleza], v.1: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência.** Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018.

SEDUC, **Secretaria de Educação. Educação Especial** [online]. Governo do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: <

<https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-especial/#:~:text=O%20Estado%20contou%2C%20em%202017%2C%20com%20uma%20matr%C3%ADcula,EEF%20Instituto%20dos%20Cegos%20%28Dados%3A%20Censo%20Escolar%202017%29> > Acesso em: 11.out. 2023.

SME, Secretaria Municipal de Educação. **Edital de Seleção: processo seletivo simplificado Nº 01/2023 – Contratação Temporária de Profissionais para a Secretaria de Educação de Acarape,** 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?** Brasília: UNESCO, 2008.

VAZ, Kamille; GARCIA, Rosalba Cardoso. **O professor de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: reflexões acerca da articulação entre o modelo de professor e o projeto de escola.** Reunião Científica Regional da ANPED. ANPED-SUL, p.1-15, 2017.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola uma construção possível.** ed. Papyrus, v.17, 2004.

TUZZO, S. A.; BRAGA C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v.4, n.5, p. 140-158, ago., 2016.